

CADERNO DE QUESTÕES VESPERTINO



CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2026
02 de agosto de 2026

NOME:

CARGO: **PROCURADOR JURÍDICO**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!



EDITAL N.º 001/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

**CARGOS: Procurador Jurídico
e Controlador Interno**



Nome completo: _____

Assinatura: _____

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

COMO A MISOGINIA DESQUALIFICA MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER

Comentários aparentemente banais produzem um deslocamento simbólico importante: a mulher deixa de ser interlocutora legítima para se tornar alguém a ser ridicularizada ou diminuída

Juliana Kaiser — 29 de maio de 2026

"Faz um B.O., querida!"

A frase acima foi dirigida a mim dias atrás em um grupo de WhatsApp formado por pessoas que tiveram a oportunidade de acessar a universidade fora do Brasil. Veio de um homem, após eu defender a necessidade de pensar estratégias mais inclusivas para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O episódio poderia parecer banal ou isolado. Mas não é.

Expressões como "flor", "querida", "diva" ou "amorzinho" aparecem frequentemente em ambientes profissionais e acadêmicos como formas aparentemente inofensivas de interação. No entanto, quando usadas em contextos de discórdância, podem funcionar como mecanismos de infantilização e deslegitimação da fala feminina.

Essa misoginia raramente se apresenta apenas por meio de agressões explícitas. Em muitos casos, ela opera de forma simbólica e cotidiana: no tom condescendente, na ironia, na tentativa de transformar mulheres assertivas em figuras "emocionais", "agressivas" ou "difíceis". Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada.

Nos últimos anos, diferentes pesquisas têm demonstrado que mulheres seguem enfrentando barreiras estruturais para ocupar e permanecer em espaços de liderança. Dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2024 mostram que, embora as mulheres brasileiras tenham, em média, maior escolaridade do que os homens, elas ocupam apenas 39,3% dos cargos gerenciais do país e seguem recebendo salários inferiores mesmo em funções equivalentes.

As desigualdades tornam-se ainda mais profundas quando raça e origem social entram na análise. O relatório "Perfil social, racial e de gênero das 1.100 maiores empresas do Brasil", divulgado pelo Instituto Ethos em 2024, mostra que mulheres negras ocupam apenas 1,8% dos assentos em conselhos de administração e 3,4% dos cargos executivos das maiores empresas brasileiras.

A desigualdade aparece também na política. Apesar de representarem mais da metade da população brasileira, mulheres seguem sendo minoria nos espaços institucionais de poder. Negras, indígenas e periféricas enfrentam obstáculos ainda maiores para acessar estruturas partidárias, financiamento de campanha e

visibilidade pública.

Esse cenário ajuda a compreender por que a violência política de gênero ganhou centralidade no debate público nos últimos anos. Em 2021, o Brasil aprovou uma legislação específica para combater a violência política contra mulheres, reconhecendo práticas de constrangimento, humilhação ou intimidação voltadas a dificultar sua atuação em espaços de poder. Mais recentemente, o chamado "PL da Misoginia" recolocou o tema em evidência.

Mas a misoginia cotidiana não acontece apenas nos parlamentos ou nas redes sociais. Ela atravessa universidades, empresas, redações, grupos de WhatsApp e ambientes intelectuais que, muitas vezes, se imaginam progressistas e democráticos. A socióloga norte-americana Rosabeth Moss Kanter já demonstrava, desde os anos 1970, como mulheres em espaços historicamente masculinos tendem a ser submetidas a processos constantes de vigilância e deslegitimação. Décadas depois, o problema permanece atual.

Estudos internacionais sobre liderança mostram que homens assertivos costumam ser percebidos como firmes e preparados, enquanto mulheres com o mesmo comportamento frequentemente recebem avaliações negativas associadas à arrogância ou instabilidade emocional. Aquilo que é reconhecido como liderança em homens muitas vezes aparece como inadequação em mulheres.

Os efeitos desse processo não são apenas individuais. Eles produzem desgaste contínuo e ajudam a explicar por que tantas mulheres se afastam de ambientes de liderança, debate e poder institucional. A necessidade constante de reafirmar a legitimidade da própria voz cria um ambiente de exaustão silenciosa.

Em minha pesquisa de doutorado sobre gênero, pobreza e raça, tenho encontrado um elemento recorrente: mulheres — sobretudo negras e oriundas de contextos de vulnerabilidade social — frequentemente crescem sem se perceber como sujeitos possíveis de influência e poder. A desigualdade não opera apenas no acesso material aos espaços; ela também atua sobre as expectativas e sobre a capacidade de imaginar pertencimento.

Pierre Bourdieu já apontava que estruturas de dominação tendem a se reproduzir também por mecanismos simbólicos. Determinados grupos aprendem, desde cedo, quais lugares lhes parecem possíveis ou legítimos. Quando mulheres pobres, negras ou periféricas chegam a espaços de prestígio acadêmico ou institucional, frequentemente carregam consigo a sensação de não pertencimento produzida por uma longa trajetória de exclusão.

Foi justamente esse o sentido do meu questionamento no grupo de WhatsApp, aquele que foi respondido com a frase misógina do começo deste artigo: o de discutir quais estratégias poderiam ser construídas para promover inclusão social de forma efetiva. Além de não buscar enfrentar o conteúdo da discussão, a resposta que recebi a deslocou para um registro de

desqualificação pessoal travestido de informalidade.

O problema é que episódios como esse dificilmente aparecem como violência evidente. Não há ameaças explícitas ou agressões físicas. Há apenas um comentário aparentemente banal que produz um deslocamento simbólico importante: a mulher deixa de ser interlocutora legítima para se tornar alguém a ser ridicularizada ou diminuída.

As redes sociais e os aplicativos de mensagem ampliaram ainda mais esse fenômeno. Mulheres que ocupam espaços públicos de fala — jornalistas, pesquisadoras, políticas ou ativistas — tornaram-se alvos recorrentes de ataques coordenados e campanhas de intimidação.

Reconhecer essas práticas não significa exagerar conflitos cotidianos nem impedir divergências. Discordâncias são parte essencial da vida democrática. O problema começa quando o debate deixa de enfrentar argumentos para atuar na tentativa de diminuir ou deslegitimar quem fala.

A misoginia cotidiana não se sustenta apenas em grandes episódios de violência. Ela se reproduz, sobretudo, nos pequenos gestos que buscam reduzir a autoridade da fala feminina em espaços públicos, profissionais e intelectuais.

Reconhecer essas práticas é importante não apenas para proteger mulheres, mas para qualificar o próprio debate público. Afinal, sociedades democráticas dependem da possibilidade de que diferentes vozes possam participar da esfera pública sem que sua legitimidade seja constantemente colocada em suspeição.

Juliana Kaiser é doutoranda e pesquisadora das relações entre gênero, pobreza e raça na University College London. Estuda participação feminina em espaços de poder, ambição e desigualdade social, com foco nas experiências de mulheres em contextos de vulnerabilidade.

Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2026/05/29/misoginia-lei-machista-lideranca-feminina-mulheres-em-espacos-de-poder>. Acesso em 16 jun. 2026. Adaptado.)

Questão 01

(Correta: B)

De acordo com o texto, "Essa misoginia raramente se apresenta apenas por meio de agressões explícitas. Em muitos casos, ela opera de forma simbólica e cotidiana: no tom condescendente, na ironia, na tentativa de transformar mulheres assertivas em figuras 'emocionais', 'agressivas' ou 'difíceis'. Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada". Tendo isso em consideração e a leitura do texto como um todo, e mobilizando seus conhecimentos prévios, analise as

sentenças e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Quando se discute a misoginia, situações como a descrita na citação não costumam ser vistas como violência porque não há ameaças explícitas ou agressões físicas. Entretanto, esses comentários, supostamente banais, movimentam a forma como a mulher é vista pela sociedade, isto é, ela deixa de ser considerada uma interlocutora legítima para se tornar alguém passível, por exemplo, de ridicularização.

() As redes sociais virtuais, por exemplo, ampliaram as possibilidades de gestos misóginos, uma vez que são espaços usados para ataques coordenados e campanhas de intimidação. Porém, isso se limita às mulheres públicas, que são mais visíveis e suscetíveis à misoginia, não atingindo mulheres comuns.

() A misoginia se materializa tanto naqueles episódios considerados tipicamente violentos quanto em gestos cotidianos entendidos como corriqueiros, pequenos, muitas vezes resumidos a "foi só uma brincadeira". Esses gestos reproduzem o discurso misógeno, reduzindo e deslegitimando a autoridade da fala feminina em espaços públicos, profissionais e intelectuais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

Questão 02

(Correta: A)

De acordo com Evanildo Bechara, os sinais de pontuação são um sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas, além de participarem de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. Tendo isso em consideração e mobilizando seus conhecimentos a respeito do assunto, analise as sentenças que seguem. Atente-se ao fato de que os usos dos sinais de pontuação devem ser analisados também à luz do texto como um todo e não apenas das partes destacadas:

I. No trecho: *Expressões como "flor", "querida", "diva" ou "amorzinho" aparecem frequentemente em ambientes profissionais e acadêmicos como formas aparentemente inofensivas de interação*, entre os vários empregos possíveis das aspas, elas foram usadas para ressaltar as expressões dentro do texto, destacando-as, e não para dar-lhes um sentido particular.

II. No trecho: *Quando o ataque vem travestido de humor ou informalidade, a reação feminina costuma ser percebida como exagerada*, tem-se o uso da vírgula para separar a oração subordinada adverbial anteposta à

oração principal, marcando seu deslocamento ou a quebra da ordem natural da estrutura frasal.

III.No trecho: *Foi justamente esse o sentido do meu questionamento no grupo de WhatsApp, aquele que foi respondido com a frase misógina do começo deste artigo: o de discutir quais estratégias poderiam ser construídas para promover inclusão social de forma efetiva*, os dois-pontos foram usados corretamente, uma vez que indicam uma suspensão do discurso ao qual se segue a explicação, o detalhamento de uma informação.

IV.Nos excertos: *Em minha pesquisa de doutorado sobre gênero, pobreza e raça, tenho encontrado um elemento recorrente: mulheres — sobretudo negras e oriundas de contextos de vulnerabilidade social — frequentemente crescem sem se perceber como sujeitos possíveis de influência e poder e Mulheres que ocupam espaços públicos de fala — jornalistas, pesquisadoras, políticas ou ativistas — tornaram-se alvos recorrentes de ataques coordenados e campanhas de intimidação*, os travessões foram usados pelo mesmo motivo, delimitando um adendo, um comentário ou uma ponderação que se intercala no discurso. Nos dois casos, o uso de parênteses também é uma opção válida e possível.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 03

(Correta: C)

De acordo com Cunha e Cintra, certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre as palavras e orações coordenadas, ou seja, o sentido das conjunções, ainda que possa ser típico, ele será realmente dado pelo contexto em que a conjunção é dada. É o que acontece no excerto a seguir, em que a conjunção "mas", considerada tipicamente adversativa, tem valor aditivo:

"Reconhecer essas práticas é importante não apenas para proteger mulheres, **mas** para qualificar o próprio debate público."

Analise as sentenças a seguir, considerando as conjunções destacadas e a relação de sentido construída entre as orações. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() "Tanto tenho estudado **e** não sei nada." — A conjunção estabelece uma relação adversativa.

() "Qualquer movimento, **e** colocará tudo a perder." — A conjunção estabelece um sentido de consequência.

() "Depois de tanta luta para sobreviver, uma luz bruxuleante **mas** teimosa insistia em brilhar em seus

olhos." — A conjunção indica uma atenuação ou compensação.

() "Continuou a conversa interrompida com aquela pessoa que tinha olhos vívidos e atentos, **mas** uma terrível falta de ouvido, afinal, não se pode ter tudo." — A conjunção estabelece o sentido de restrição.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – F – V.
- (B) V – F – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – V – V – F.

Questão 04

(Correta: D)

A leitura e a interpretação de um texto não acontecem apenas considerando o que está materializado linguisticamente na superfície textual. Interpretar um texto demanda do leitor conhecimentos prévios, habilidade de fazer inferências, entre outras habilidades. A partir da leitura do texto como um todo e não apenas de partes pontuais, analise as sentenças a seguir:

I.De acordo com a autora, as mulheres enfrentam barreiras estruturais para ocuparem e permanecerem em espaços de liderança. Essa desigualdade se aprofunda ao considerar aspectos como raça, origem social e política. Nos espaços institucionais de poder, as mulheres são minoria, mesmo representando mais da metade da população brasileira.

II.Nos contextos de liderança, é comum haver dois pesos e duas medidas quando o assunto é o comportamento de quem lidera. A autora constatou que homens que demonstram segurança, decisão e firmeza nas atitudes e palavras são reconhecidos como líderes firmes e preparados; essa mesma postura costuma ser vista como inadequada para líderes mulheres, reconhecidas como arrogantes ou instáveis emocionalmente.

III.Uma das percepções da autora, ao estudar gênero, pobreza e raça, é sobre a noção de pertencimento, especialmente das mulheres negras e em vulnerabilidade social. No geral, a autora constatou que elas não se veem como sujeitos que podem ocupar lugares de influência e de poder.

De acordo com o texto, é correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 6.

[...]

Se o *flâneur** do século 19 prenunciava a crise de identidade, hoje o cidadão globalizado tem de se entender com seus outros espaços e tempos, que não passam somente pelo estar aqui e agora. Aqui não mais representa um lugar, e agora não mais representa um momento.

É claro que não se trata aqui de um tratado sobre guerra/terrorismo, ou mesmo sobre o conceito de nação, mas sim de tentar, pelo viés artístico, apontar as transformações por que passa nossa cultura contemporânea, marcada pela visualidade e por um estágio de intensa mistura entre as mais diversas formas de construção imagética, na qual temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real.

Para o filósofo Alain Renaud, que se tem destacado por suas análises das relações entre a cultura e a tecnologia, a noção de visibilidade cultural hoje está ligada aos processos de simulação interativa, que permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo. Dentro dessas novas estruturas, aquela que o autor denomina "imagem espetáculo" é substituída pelo "simulacro interativo", o que gera uma transformação radical não apenas no conceito de representação, mas, sobretudo, na relação com o real.

Se analisarmos a mídia, a indústria cultural vem (re)tratando a sociedade como um espetáculo; ela tem autoridade para transformar eventos tão díspares como guerra ou vida cotidiana em simulacros de shows e games. Podemos afirmar que não estamos mais no terreno do Grande Irmão, de George Orwell, em seu livro 1984, e sim imersos no universo descrito por Peter Weil no filme Truman Show (1998), que narra a história de um vendedor de seguros (Jim Carrey) que tem sua vida virada de cabeça para baixo quando descobre que é o astro, desde que nasceu, de um show de televisão dedicado a acompanhar todos os passos de sua existência.

Não é gratuito, aqui, substituir uma referência literária por uma cinematográfica. É claro que a indústria cultural não despreza a literatura, mas o cinema há muito tempo substituiu no imaginário popular, ou das massas, para usar uma expressão cara à indústria cultural, a referência cultural. [...]

(Disponível em:
<https://revistacult.uol.com.br/home/a-moda-como-manifesto-da-arte/>.
Acesso em: 02 jul. 2026. Adaptado.)

*pessoa (do sexo masculino) que perambula, observando o que vê; flâneur

Questão 05

(Correta: A)

No processo de construção do texto e dos sentidos, a coesão textual é essencial para articular as ideias e evitar repetições desnecessárias e ideias confusas. No texto, o autor lançou mão de recursos coesivos que

possibilitaram apresentar um texto claro para o leitor. Analise as sentenças a seguir, considerando o texto como um todo, e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() No terceiro parágrafo, o autor faz a seguinte construção: *Dentro dessas novas estruturas*. O pronome demonstrativo "essas" estabelece uma relação com algo que já foi mencionado explícita ou implicitamente no texto. No caso, o leitor precisa mobilizar seus conhecimentos prévios e compreender que o pronome se refere ao conjunto de ideias expressas em "a noção de visibilidade cultural hoje está ligada aos processos de simulação interativa, que permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo", interpretando quais "novas estruturas" estão contidas dentro desse conjunto.

() Ainda no terceiro parágrafo, o pronome demonstrativo "aquela" não tem referente explícito no texto, o que torna impossível para o leitor deduzir ou entender a respeito de que o autor trata. Isso resulta em um problema de coesão textual.

() No trecho: *a noção de visibilidade cultural hoje está ligada aos processos de simulação interativa, que permitem antecipar o real físico, reproduzi-lo e manipulá-lo*, o pronome relativo "que" se refere a "processos" (de simulação interativa) e poderia ser substituído por "os quais", mantendo o sentido do texto.

() No quarto parágrafo, especificamente no trecho *que narra a história de um vendedor de seguros (Jim Carrey) que tem sua vida virada de cabeça para baixo*, o primeiro pronome destacado tem como referente Truman Show. Já o segundo deixou o trecho ambíguo porque não é possível identificar com clareza se ele se refere a "vendedor de seguros" ou a "Jim Carrey".

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V – F.
- (B) V – V – V – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – F – F – F.
- (E) V – V – F – F.

Questão 06

(Correta: B)

No segundo parágrafo do texto, a expressão "por que" foi usada corretamente:

É claro que não se trata aqui de um tratado sobre guerra/terrorismo, ou mesmo sobre o conceito de nação, mas sim de tentar, pelo viés artístico, apontar as transformações por que passa nossa cultura contemporânea, marcada pela visualidade e por um estágio de intensa mistura entre as mais diversas formas de construção imagética, na qual temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real.

As sentenças a seguir foram adaptadas a partir de trechos do texto. Analise cada uma quanto ao uso dos **porquês**:

I.A indústria cultural (re)trata a sociedade como um espetáculo **porque** ela tem autoridade para transformar eventos tão díspares como guerra ou vida cotidiana em simulacros de shows e games.

II.No contexto atual, é preciso compreender o **porquê** de o cinema, há muito tempo, ter substituído, no imaginário popular, a referência cultural.

III.**Por quê** o cidadão globalizado tem de se entender com seus outros espaços e tempos, que não passam somente pelo estar aqui e agora?

IV.Se há diversas formas de construção imagética e temos de lidar com a crise das passagens entre real-virtual-real, também precisamos entender **por que**.

Está correto o uso em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas
- (C) I, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 07

(Correta: C)

Analise as sentenças que seguem a respeito do emprego do acento grave (crase) e assinale a correta:

- (A) Esteve cara à cara com a testemunha, mas decidiu não indagá-la.
- (B) De sete às nove, se dedicou a ler o artigo. Queria ter embasamento para escrever seu ensaio.
- (C) O fogo destruiu toda a mata até à represa. Não sobrou absolutamente nada, nem vegetação, nem casa, nem sonhos.
- (D) Não disseram nada à ela, queriam poupá-la porque seria testemunha do julgamento no dia seguinte.
- (E) Foram os primeiros a chegar à terra firme. Não queriam permanecer nem mais um minuto a bordo.

Questão 08

(Correta: C)

A respeito da concordância nominal, analise as sentenças a seguir

I.No que se refere à flexão de gênero, os numerais são invariáveis, exceto um/uma, dois/duas e ambos/ambas. Nesse caso, é correta a seguinte construção, considerando a concordância nominal: **Ambas** as mãos *agarraram o livro como se este fosse o único bem que ela possuía*.

II.Se o sujeito da oração tiver por núcleo o substantivo *milhões*, acompanhado de adjunto preposicionado no plural, cujo núcleo é um feminino, o particípio ou o adjetivo pode concordar no masculino com seu núcleo, ou no feminino, com o substantivo preposicionado do adjunto. Nesse caso, são corretas as duas concordâncias: *Ministro da Educação prevê mais de 4,5*

milhões de pessoas inscritos/inscritas no Enem em 2026.

III.Os adjuntos que acompanham *milhar* concordam com seus núcleos, sendo corretas as seguintes construções quanto à concordância nominal: **Alguns** milhares de **alunos** de Ensino Médio se inscreveram para o Enem em 2026 e **Algumas** milhares de **alunas** do Ensino Médio se inscreveram para o Enem em 2026.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 09

(Correta: A)

Analise as sentenças a seguir a assinalar aquela em que a grafia da palavra destacada está correta:

- (A) A edição de outubro da *Quatro Cinco Um* aborda também resenhas de diversos livros **recém-lançados**.
- (B) Desde a década de 1980, a produção de escritores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade **afro-descendente** cresce em volume e começa a ocupar espaço na cena cultural.
- (C) Um pouco antes, na Festa Literária Internacional de Paraty – Flip, o tema da **re-escrita** ganhou destaque em mesas oficiais e também na programação paralela da Feira Literária.
- (D) O Convento das Mercês volta a ser palco de mais uma edição do *Conversações de além mar*, projeto internacional que tem como propósito divulgar a literatura produzida em língua portuguesa.
- (E) Desta vez, estará presente o **caboverdiano** Germano Almeida, vencedor do Prêmio Camões.

Questão 10

(Correta: C)

A regência, na língua portuguesa, é uma condição de subordinação entre os complementos às palavras que os preveem na sua significação. No caso dos verbos, quando eles preveem complementos, estes podem pedir regência ou não, o que se dará pelo uso de preposições. Desse modo, tratar da regência verbal é tratar da transitividade dos verbos, ou seja, se pedem ou não complemento. Tendo isso em consideração e mobilizando seus conhecimentos prévios, analise as sentenças a seguir e a explicação dada para os verbos destacados e sua relação com seus complementos:

I.*Combater a desigualdade social* **implica** (em) *adotar medidas que promovam também acesso a políticas públicas de distribuição de renda*: o verbo "implicar" no

sentido de "ter como consequência, resultar, acarretar, originar, pressupor, exigir, tornar necessário" tanto pode reger seu complemento com a preposição "em", sendo transitivo indireto, como pode ser transitivo direto.

II.A medida adotada para combater a desigualdade social **agradou** a todas as pessoas beneficiárias da política pública: o verbo "agradar", em qualquer contexto, é transitivo indireto (agradar a...). Desse modo, são incorretas as seguintes construções: A criança chorava e a mãe, para acalmá-la, se pôs a **agradá-la** (transitivo direto) e A criança se **agrada** com qualquer afago (transitivo direto pronominal e transitivo indireto).

III.A mediadora **procedeu** à leitura coletiva da obra censurada, pois ela sabia que a censura ao livro com base no argumento de que as protagonistas eram negras não procedia. No exemplo, na primeira ocorrência do verbo "proceder", ele tem o sentido de "executar, realizar, levar a efeito", sendo transitivo indireto, regendo seu complemento pela preposição "a".

Está correto que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

(Correta: C)

Em um processo de inventário, uma determinada herança foi dividida integralmente entre três herdeiros. O primeiro herdeiro recebeu dois quintos da herança, o segundo herdeiro recebeu um quarto da herança e o terceiro herdeiro recebeu exatamente o restante. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta:

- (A) O primeiro herdeiro recebeu 25% da herança.
- (B) O primeiro herdeiro ficou com um percentual da herança menor que o percentual do terceiro herdeiro.
- (C) O terceiro herdeiro ficou com 35% da herança.
- (D) O segundo herdeiro ficou com um percentual da herança maior que o percentual do primeiro herdeiro.
- (E) O terceiro herdeiro ficou com um quinto da herança.

Questão 12

(Correta: E)

Em uma ação judicial, uma empresa foi condenada ao pagamento de uma multa de R\$ 230.000,00. Além desse valor, a empresa também deverá pagar custos adicionais correspondentes a 18% do valor da multa. Dessa forma, pode-se afirmar que o valor total a ser desembolsado pela empresa (multa mais custos adicionais) será de:

- (A) R\$ 271.000,00.

- (B) R\$ 254.840,00.
- (C) R\$ 254.000,00.
- (D) R\$ 234.140,00.
- (E) R\$ 271.400,00.

Questão 13

(Correta: A)

Em um tribunal, uma audiência estava prevista para ter início às 8h e término às 11h40min. Por conta de problemas técnicos, a sessão iniciou com atraso de 1 hora e 25 minutos em relação ao horário originalmente previsto. Porém, mesmo com o atraso no horário de início, a audiência foi encerrada 50 minutos antes do horário previsto para o seu término. Dessa forma, pode-se afirmar que o tempo efetivo de duração da audiência foi de:

- (A) 1 hora e 25 minutos.
- (B) 1 hora e 35 minutos.
- (C) 2 horas e 15 minutos.
- (D) 1 hora e 45 minutos.
- (E) 2 horas e 05 minutos.

Questão 14

(Correta: A)

Um perito recebeu R\$ 5.400,00 por 12 horas de trabalho na elaboração de um laudo técnico. Considerando que o valor recebido é diretamente proporcional ao número de horas trabalhadas e que a taxa de pagamento por hora permanece constante em novos trabalhos, o valor a ser recebido pelo mesmo perito por um trabalho de 21 horas será de:

- (A) R\$ 9.450,00.
- (B) R\$ 9.500,00.
- (C) R\$ 9.000,00.
- (D) R\$ 9.600,00.
- (E) R\$ 9.850,00.

Questão 15

(Correta: E)

Um funcionário deve arquivar 1.188 páginas de um processo em 9 pastas, de modo que todas as pastas tenham a mesma quantidade de páginas. Em seguida, cada pasta deve ser subdividida em 4 seções internas, também com a mesma quantidade de páginas em cada seção. Nessas condições, o número de páginas em cada seção interna de uma pasta será de:

- (A) 30.
- (B) 27.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 33.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 16

(Correta: A)

Em audiência pública, um vereador sustenta que a Câmara Municipal "sempre foi apenas casa de leis" e que sua especialização legislativa remonta às origens da instituição no Brasil. Um assessor jurídico observa que tal leitura desconsidera o percurso histórico da instituição. Tendo em vista a trajetória das Câmaras Municipais brasileiras, assinale a alternativa que fundamenta corretamente a observação do assessor:

- (A) A especialização legislativa resulta de processo histórico em que competências antes concentradas foram sendo destacadas, notadamente com a criação das prefeituras, às quais se atribuíram as funções executivas municipais.
- (B) A especialização legislativa acompanha a instituição desde sua implantação no período colonial, quando as câmaras já se restringiam à edição de posturas e à deliberação sobre matérias de interesse local.
- (C) A especialização legislativa consolidou-se no início do período republicano, quando os governos estaduais transferiram às casas eleitas a integralidade das atribuições antes exercidas por órgãos nomeados.
- (D) A especialização legislativa decorre da retração de autonomia imposta no Império, período em que as câmaras foram convertidas em corporações judicantes com jurisdição contenciosa sobre matérias municipais.
- (E) A especialização legislativa decorreu da supressão das casas municipais sob regime autoritário que, ao reabri-las, transferiu-lhes as funções de arrecadação tributária e de gestão do patrimônio público local.

Questão 17

(Correta: A)

Em determinada situação administrativa, devem ser examinados quatro atos relativos a servidores municipais: posse de servidor do Poder Legislativo; posse de servidor de fundação pública municipal; suspensão de 45 dias aplicada a servidor da Câmara; e requerimento de revisão de processo de servidor de autarquia. Considerando a Lei Complementar n.º 26/2002, a sequência correta das autoridades competentes é:

- (A) Presidente da Câmara – Dirigente Superior da Fundação – Presidente da Câmara – Autoridade superior da autarquia.
- (B) Prefeito Municipal – Dirigente Superior da Fundação – Presidente da Câmara – Prefeito Municipal.
- (C) Presidente da Câmara – Prefeito Municipal – Autoridade regimental – Autoridade superior da autarquia.

(D) Presidente da Câmara – Dirigente Superior da Fundação – Autoridade regimental – Presidente da Câmara.

(E) Dirigente Superior do Legislativo – Prefeito Municipal – Presidente da Câmara – Autoridade regimental.

Questão 18

(Correta: C)

Considere as disposições da Lei Complementar n.º 74/2011 acerca do plano de carreira e da composição remuneratória dos servidores do Poder Legislativo de Curitiba. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A progressão vertical corresponde à mudança de nível pela conclusão de pós-graduação na área de atuação do cargo, com acréscimos de 10%, 13% e 18%.

() A progressão horizontal corresponde à mudança de referência, até o limite de 50% do vencimento inicial, sem confundir-se com o anuênio limitado a 35%.

() O servidor efetivo, investido em cargo em comissão, pode optar pelo vencimento do cargo efetivo acrescido de 40% do vencimento do próprio cargo efetivo.

() O servidor efetivo, investido em função gratificada, percebe o vencimento do cargo efetivo acrescido da remuneração da função designada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – F – V.

Questão 19

(Correta: D)

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando situações previstas na Resolução n.º 1/2025 com seus respectivos efeitos remuneratórios:

Primeira coluna: situações

1. Falta injustificada ao serviço
2. Atraso, ausência ou saída antecipada igual ou superior a dez minutos não debitada no banco de horas
3. Consignação autorizada em folha de pagamento
4. Nomeação de servidor efetivo para cargo em comissão

Segunda coluna: efeitos remuneratórios

() Pode ocorrer em favor de terceiros, mediante autorização, observado o limite de 35% da remuneração bruta.

() Gera débito do valor correspondente aos dias de ausência.

() Gera débito da remuneração do cargo efetivo,

ressalvados o direito de opção e a acumulação permitida.

() Gera desconto proporcional da remuneração diária, salvo abono pelo Presidente da Câmara.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 4 – 1 – 3.
- (B) 4 – 1 – 3 – 2.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 3 – 1 – 4 – 2.
- (E) 1 – 3 – 2 – 4.

Questão 20

(Correta: C)

O território que hoje corresponde a Curitiba consolidou-se historicamente como ponto de passagem e pouso na rota que interligava as regiões Sul e Sudeste do país, condição que estruturou tanto sua formação social quanto sua trajetória econômica. Considerando os fatores históricos, sociais e econômicos que caracterizam o município, analise as afirmativas a seguir:

I. A origem do núcleo urbano vincula-se ao tropeirismo, atividade que conferiu ao local a condição de ponto estratégico de ligação entre o Sul e o Sudeste brasileiros.

II. A região foi palco de movimentos sociais de relevo na história brasileira, entre os quais se destacam a Guerra do Contestado e a Revolução Farroupilha.

III. A trajetória econômica municipal caracteriza-se pela sucessão de ciclos, compreendendo a pecuária, a exploração madeireira e a agricultura.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: B)

X é servidor público federal estável, ocupante de cargo efetivo de médico na autarquia federal Anvisa, há 12 anos no cargo. Recentemente, foi eleito Vereador no município em que reside, com compatibilidade de horários em relação ao cargo efetivo. Paralelamente, sua esposa Y, também servidora pública efetiva federal, tomou posse em um segundo cargo efetivo de professora universitária federal, acumulando com seu cargo efetivo anterior, sob o fundamento de que se enquadraria na hipótese constitucional de acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer

natureza. Alguns meses depois, o cargo efetivo de X foi declarado desnecessário pela Anvisa, enquanto Y foi aprovada em avaliação periódica de desempenho, mas a comissão avaliadora concluiu que ela deveria ser desligada do serviço público por insuficiência de desempenho, sem instauração de qualquer procedimento formal adicional. Considerando o regime constitucional dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) Com a declaração de desnecessidade de seu cargo, X perderá o vínculo com a Anvisa e será imediatamente exonerado, visto que a garantia da estabilidade não protege o servidor nos casos de extinção ou declaração de desnecessidade do cargo, hipótese que difere da demissão disciplinar.
- (B) X poderá acumular, de forma remunerada, o cargo efetivo de médico na ANVISA com o mandato de Vereador, percebendo as vantagens de seu cargo efetivo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, com a declaração de desnecessidade de seu cargo, será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) A decisão da comissão avaliadora que concluiu pelo desligamento de Y por insuficiência de desempenho é válida e suficiente para afastá-la do serviço público, pois o procedimento de avaliação periódica de desempenho por si só constitui o processo legal exigido pela Constituição para a perda do cargo pelo servidor estável, dispensando qualquer outra formalidade adicional.
- (D) A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada como regra geral, mas nos casos em que a Constituição Federal expressamente a autoriza, o teto remuneratório constitucional deve ser aplicado sobre o somatório das remunerações percebidas pelo servidor, de modo que a soma total não poderá ultrapassar o subsídio mensal dos Ministros do STF.
- (E) X não poderá acumular o cargo efetivo de médico com o mandato de Vereador, ainda que haja compatibilidade de horários, pois a Constituição Federal veda a percepção simultânea de remuneração de cargo efetivo com a remuneração de mandato eletivo em qualquer hipótese, sendo obrigatório o afastamento do cargo efetivo com opção por uma das remunerações.

Questão 22

(Correta: E)

A Administração Pública deseja contratar a locação de um imóvel cujas características de instalação e localização são as únicas que atendem ao interesse público, conforme demonstrado em estudo técnico prévio. Sobre essa contratação, assinale a alternativa correta:

- (A) Não é possível a contratação direta, sendo necessária a realização do processo de credenciamento para permitir que vários proprietários ofereçam imóveis similares no futuro.
- (B) Não é possível a contratação direta, sendo necessária a realização do procedimento da pré-qualificação, buscando analisar as condições de habilitação do proprietário antes da licitação.
- (C) Não é possível a contratação direta, pois a locação de imóveis deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários.
- (D) É possível a contratação direta pela dispensa de licitação por se tratar de imóvel de propriedade privada em situação de urgência presumida.
- (E) É possível a contratação direta pela inexigibilidade de licitação, uma vez comprovada a inviabilidade de competição decorrente da singularidade do imóvel.

Questão 23

(Correta: A)

O Município X instaurou processo administrativo disciplinar contra a servidora A, ocupante de cargo efetivo na Secretaria de Saúde, ao final do qual foi aplicada a penalidade de demissão, com base em infração funcional grave devidamente comprovada nos autos. O ato demissório foi praticado pelo Secretário Municipal de Saúde, autoridade que, segundo a lei orgânica municipal, detinha competência apenas para aplicar penalidades de advertência e suspensão, sendo a demissão competência exclusiva do Prefeito. Inconformada, a servidora impugnou administrativamente o ato. A Administração, ao reanalisar o caso, reconheceu o vício e passou a deliberar sobre a melhor solução jurídica. Com base no regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- (A) O vício que macula o ato demissório é de competência e, por se tratar de competência exclusiva do Prefeito, não admite convalidação, devendo o ato ser anulado, com possibilidade de o Prefeito praticar novo ato demissório caso os requisitos materiais estejam presentes.
- (B) Por se tratar de vício de competência, o ato demissório é passível de convalidação pelo Prefeito mediante ratificação, uma vez que vícios de competência são sempre sanáveis, independentemente de se tratar de competência exclusiva ou delegada.
- (C) O vício descrito configura excesso de poder, que é espécie de desvio de finalidade, tornando o ato nulo por vício insanável no elemento finalidade, insuscetível de aproveitamento em qualquer hipótese.

- (D) A impugnação administrativa apresentada pela servidora impede definitivamente a convalidação do ato, mesmo que o vício fosse sanável, pois a existência de impugnação pendente constitui óbice absoluto e intransponível à convalidação em qualquer circunstância.
- (E) A anulação do ato demissório produzirá efeitos *ex nunc*, preservando todos os efeitos já produzidos desde a demissão, inclusive o afastamento da servidora do serviço, em razão da presunção de legitimidade que reveste os atos administrativos até sua invalidação.

Questão 24

(Correta: E)

Preocupado com o aumento dos índices de criminalidade, o Presidente da República resolve adotar uma Medida Provisória (MP) contendo normas rigorosas para aumentar as penas de determinados crimes e acelerar a tramitação de processos criminais em andamento. A referida Medida Provisória foi publicada no Diário Oficial da União e, imediatamente, submetida ao Congresso Nacional para apreciação. Considerando as regras do processo legislativo constitucional aplicáveis às Medidas Provisórias, assinale a alternativa correta:

- (A) A referida Medida Provisória é plenamente válida e começará a sua tramitação obrigatoriamente pelo plenário do Senado Federal, que atua como Casa iniciadora natural das medidas provisórias.
- (B) Caso o Congresso Nacional não aprecie a referida Medida Provisória no prazo regulamentar, o Presidente da República poderá retirá-la formalmente de pauta e reeditá-la com o mesmo conteúdo na mesma sessão legislativa.
- (C) Por possuir força de lei e estar respaldada nos critérios de relevância e urgência, o Poder Judiciário está absolutamente impedido de realizar qualquer tipo de controle de constitucionalidade sobre a referida Medida Provisória.
- (D) Se o Congresso Nacional aprovar a Medida Provisória com modificações em seu texto original, ela será transformada em projeto de lei de conversão e a vigência da MP original será imediatamente suspensa, perdendo seus efeitos até a sanção presidencial.
- (E) A Medida Provisória editada padece de inconstitucionalidade, pois a Constituição Federal veda expressamente a edição de medidas provisórias sobre direito penal e direito processual penal.

Questão 25

(Correta: A)

O Governador do Estado Alfa, no exercício do mandato, praticou conduta tipificada como crime comum. Paralelamente, um Desembargador do Tribunal de Justiça do mesmo Estado Alfa foi acusado de praticar

crime de responsabilidade. Instaurou-se debate sobre os órgãos competentes para processar e julgar cada um desses agentes. Além disso, cogitou-se a possibilidade de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) rever os atos jurisdicionais praticados pelo referido Desembargador no exercício de suas funções típicas, bem como de o STF editar súmula vinculante, de ofício, para uniformizar a interpretação constitucional sobre o tema, independentemente de reiteradas decisões anteriores sobre a matéria, desde que aprovada por maioria absoluta de seus membros. Considerando as disposições constitucionais pertinentes, assinale a alternativa correta:

- (A) O Governador do Estado Alfa será processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns, e o Desembargador do TJ do mesmo estado será processado e julgado pelo STJ tanto nos crimes comuns quanto nos crimes de responsabilidade.
- (B) O CNJ possui competência para rever atos de conteúdo jurisdicional praticados por magistrados, desde que configure flagrante violação ao princípio da legalidade previsto no art. 37 da CF/88, hipótese em que poderá desconstituir a decisão judicial reclamada.
- (C) O julgamento do Governador do Estado Alfa por crime de responsabilidade compete à Assembleia Legislativa estadual, por simetria com o modelo federal, no qual o Senado Federal julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (D) A súmula vinculante produz efeito vinculante em relação a todos os Poderes da República, incluindo o Poder Legislativo no exercício de sua função típica de legislar, de modo que lei posterior contrária ao enunciado sumular poderá ser objeto de reclamação ao STF.
- (E) O STF pode editar súmula vinculante de ofício, independentemente de reiteradas decisões anteriores sobre a matéria constitucional, bastando a aprovação por dois terços de seus membros e a existência de controvérsia atual que gere grave insegurança jurídica.

Questão 26

(Correta: B)

O Presidente da República editou um decreto de intervenção federal no Estado Alfa com o objetivo exclusivo de prover a execução de uma ordem judicial emanada do Supremo Tribunal Federal (STF), que vinha sendo reiteradamente descumprida pelo governo local. O decreto limitou-se a suspender o ato que impedia o cumprimento da decisão e nomeou um interventor para acompanhar a situação. Diante do modelo constitucional brasileiro para essa hipótese específica de intervenção, o decreto presidencial:

- (A) Exige a convocação imediata do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, cujos pareceres vinculam a decisão do Presidente.

- (B) Dispensa a apreciação pelo Congresso Nacional, limitando-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar.
- (C) Deve ser submetido ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas para controle político (aprovação ou rejeição).
- (D) É considerado um ato de livre iniciativa (espontâneo) do Presidente da República, que pode escolher se cumpre ou não a requisição do Judiciário.
- (E) Depende de autorização prévia e expressa do Congresso Nacional para entrar em vigor.

Questão 27

(Correta: C)

Em janeiro de 2026, diante de uma grave crise de coordenação em setores estratégicos da administração pública federal, o Presidente da República editou o Decreto n.º 1. No referido ato normativo, o Chefe do Executivo delegou ao Procurador-Geral da República a competência para extinguir determinados cargos públicos federais que se encontravam vagos, bem como para prover cargos remanescentes da carreira. Simultaneamente, com o objetivo de otimizar a máquina pública e gerar economia, o Presidente editou o Decreto n.º 2, determinando a extinção imediata de dois Ministérios cujas atribuições seriam fundidas a uma nova Secretaria Especial, justificando que a medida não implicaria aumento de despesa. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- (A) Ambos os decretos são integralmente constitucionais e representam o exercício do poder regulamentar do Chefe do Executivo; são atos normativos secundários que encontram fundamento de validade direto no texto constitucional e que podem inovar livremente no ordenamento jurídico.
- (B) O Decreto n.º 1 é integralmente constitucional, tendo em vista que o Procurador-Geral da República figura no rol de autoridades passíveis de receber delegação para prover e extinguir cargos públicos federais vagos.
- (C) O Decreto n.º 1 é parcialmente inconstitucional, pois a competência delegável ao Procurador-Geral da República restringe-se ao provimento de cargos públicos federais, sendo indelegável a sua extinção; por outro lado, o Decreto n.º 2 é integralmente inconstitucional, já que a extinção de Ministérios exige lei em sentido formal.
- (D) O Decreto n.º 2 é constitucional e caracteriza-se como legítimo decreto autônomo, pois o Presidente da República possui competência privativa para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, desde que não haja aumento de despesa.

- (E) O Decreto n.º 1 é integralmente inconstitucional, uma vez que o Procurador-Geral da República, por chefiar instituição dotada de autonomia funcional e não estar subordinado ao Presidente da República, não pode receber qualquer tipo de delegação do Chefe do Executivo Federal.

Questão 28

(Correta: D)

Sobre as causas de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- (A) A compensação é causa de suspensão do crédito tributário que depende de lei específica do ente público autorizando sua utilização.
- (B) A isenção, que é causa de extinção do crédito tributário, caracteriza-se como a dispensa legal do pagamento de determinado tributo devido, pelo que ocorre o fato gerador, mas a lei dispensa o seu pagamento.
- (C) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, prazo que não é passível de interrupção ou suspensão.
- (D) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- (E) É causa de extinção do crédito tributário o depósito de seu montante integral, que deve ser feito em dinheiro, nos termos da jurisprudência do STJ.

Questão 29

(Correta: C)

"O nascimento da obrigação tributária independe de manifestação de vontade do sujeito passivo dirigida à sua criação. Vale dizer, não se requer que o sujeito passivo queira obrigar-se; o vínculo obrigacional tributário abstrai a vontade e até o conhecimento do obrigado: ainda que o devedor ignore ter nascido a obrigação tributária, esta o vincula e o submete ao cumprimento da prestação que corresponda ao seu objeto. Por isso, a obrigação tributária diz-se *ex lege*. Do mesmo modo, a obrigação de votar, de servir às Forças Armadas, de servir como jurado, entre outras, são obrigações *ex lege*, que dispensam, para seu aperfeiçoamento, o concurso da vontade do obrigado."

(AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro - 26ª Edição 2025. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.264.)

Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, e denomina-se "responsável" quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

() O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa

obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

() A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais, ou seja, menores e incapazes não podem ser sujeitos passivos da relação jurídica tributária.

() A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – V – V – F.

Questão 30

(Correta: A)

Precatórios são os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas em virtude de sentença judiciária, previsto no artigo 100 da Constituição Federal. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- (A) É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor.
- (B) É possível, desde que haja requerimento neste sentido, a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento do pagamento como Requisição de Pequeno Valor – RPV.
- (C) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 50 (cinquenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
- (D) Os pagamentos de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativos às suas administrações diretas e indiretas, estão sempre limitados a 1% da receita corrente líquida apurada no exercício financeiro anterior.
- (E) O credor de precatórios poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, desde que haja concordância expressa do devedor.

Questão 31

(Correta: E)

Analise a seguinte situação: o Prefeito de um determinado Município, visando reestruturar a administração local e fomentar a participação social, enviou à Câmara Municipal projetos de lei para a criação de uma autarquia municipal de trânsito e para a instituição de uma fundação pública com personalidade jurídica de direito privado voltada ao fomento da cultura. Além disso, o Município passou a integrar um consórcio público intermunicipal constituído sob a forma de associação pública e incentivou a formação de uma associação de moradores no bairro central. Considerando as regras do Código Civil Brasileiro de 2002 sobre a classificação das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- (A) A associação de moradores e a associação pública intermunicipal possuem a mesma natureza jurídica, sendo ambas classificadas taxativamente pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) Todas as entidades mencionadas (autarquia, fundação pública, associação pública e associação de moradores) são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno por terem sido criadas ou fomentadas pelo Poder Público.
- (C) A fundação pública, independentemente de sua personalidade jurídica ter sido definida como de direito privado, equipara-se às autarquias para todos os fins civis, sendo classificada pelo Código Civil como pessoa jurídica de direito público interno.
- (D) A associação pública, por ser formada pela união de entes federativos, possui natureza de pessoa jurídica de direito público externo, ao passo que a autarquia municipal é de direito público interno.
- (E) A autarquia municipal e a associação pública são pessoas jurídicas de direito público interno, enquanto a fundação pública de direito privado e a associação de moradores são pessoas jurídicas de direito privado.

Questão 32

(Correta: C)

Avalie a seguinte situação: um município de Santa Catarina celebrou um negócio jurídico de alienação de um imóvel inservível com um particular. Posteriormente, a Procuradoria Jurídica do Município, ao realizar uma auditoria nos contratos firmados, constatou e obteve provas de que o particular utilizou-se de artifícios maliciosos para enganar e induzir o agente público a erro essencial na formação do preço, configurando o defeito do negócio jurídico conhecido como dolo. Diante dessa situação e considerando as disposições do Código Civil Brasileiro sobre os defeitos dos negócios jurídicos e os prazos para sua desconstituição, assinale a alternativa correta:

- (A) O defeito apontado na conduta do particular configura lesão, tornando o negócio jurídico nulo, com prazo decadencial de 3 (três) anos para a sua desconstituição judicial.
- (B) O negócio jurídico celebrado é anulável e o prazo decadencial para que o Município pleiteie a sua anulação é de 2 (dois) anos, contado da data em que o ato translativo foi levado a registro público.
- (C) O negócio jurídico celebrado é anulável e o prazo decadencial para que o Município pleiteie a sua anulação é de 4 (quatro) anos, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (D) O negócio jurídico celebrado é nulo de pleno direito, razão pela qual a pretensão do Município para o reconhecimento de sua invalidade é imprescritível e não se sujeita à decadência.
- (E) O negócio jurídico celebrado é anulável e o prazo prescricional para que o Município pleiteie a sua anulação é de 5 (cinco) anos, contado da data em que a Procuradoria tomou ciência do artifício malicioso.

Questão 33

(Correta: C)

Suponha que um determinado município seja proprietário de um terreno urbano ocioso, devidamente registrado e classificado como bem público dominical. Um particular ocupou irregularmente essa área por mais de 20 (vinte) anos ininterruptos, erguendo ali sua moradia, sem qualquer oposição do ente público durante esse período. Recentemente, visando construir um posto de saúde no local, o Município notificou o ocupante para desocupar a área. Inconformado, o particular ajuizou ação alegando ter adquirido a propriedade por usucapião e requereu a manutenção de sua posse contra o ente municipal. Considerando as disposições do Código Civil Brasileiro sobre posse, propriedade e bens públicos, assinale a alternativa correta:

- (A) O Município perdeu a propriedade do imóvel em razão da prescrição aquisitiva operada em favor do particular, uma vez que a inalienabilidade dos bens públicos dominicais é relativa.
- (B) Como o terreno é classificado como bem público dominical e não de uso comum do povo, é juridicamente possível a sua aquisição por usucapião extraordinária, desde que comprovado o lapso temporal exigido em lei.
- (C) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião e a ocupação irregular de área pública por particular configura mera detenção, de natureza precária, não gerando direitos possessórios contra o Município.
- (D) O particular, por ter exercido o poder de fato sobre a área por mais de duas décadas sem oposição, adquiriu a posse justa, tendo direito à proteção possessória contra o Município até que seja judicialmente desapossado.

- (E) A inércia prolongada da Administração Pública transmuta a natureza do bem público para privado, permitindo a aquisição originária da propriedade pelo particular que lhe deu destinação social.

Questão 34

(Correta: D)

Sobre o litisconsórcio, de acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro (Lei n.º 13.105/2015), analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.

II.O requerimento de limitação do litisconsórcio interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

III.O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

Questão 35

(Correta: E)

Um município de Santa Catarina, visando reduzir a judicialização de demandas e promover a eficiência na gestão pública, depara-se com um conflito complexo envolvendo o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo de grande vulto celebrado com uma empresa de engenharia. O Prefeito Municipal, então, consulta a Procuradoria Jurídica sobre a viabilidade e os requisitos legais para a submissão do caso à mediação, com base na Lei n.º 13.140/2015. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir, registrando V, para verdadeiras, e F, para falsas:

()O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, as quais possuem competência expressa para a prevenção e a resolução de controvérsias que envolvam o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

()A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual do referido conflito no âmbito da administração pública municipal terá como efeito legal a suspensão do prazo prescricional.

()A câmara de prevenção e resolução administrativa de conflitos possui competência para firmar o acordo

definitivo de reequilíbrio econômico-financeiro, mesmo nos casos em que a solução consensual exija a concessão de direitos que dependam de prévia autorização do Poder Legislativo municipal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

Questão 36

(Correta: C)

Um determinado Município foi intimado de uma decisão judicial que deferiu um pedido de tutela antecipada requerida em caráter antecedente por uma empresa fornecedora de insumos, determinando o pagamento imediato de faturas sob a alegação de risco de falência da contratada. O Procurador Jurídico do Município, ao receber os autos, analisa a conveniência e os prazos para recorrer da referida decisão. Considerando estritamente as regras do Código de Processo Civil de 2015 sobre o procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, assinale a alternativa correta:

- (A) Caso o Município interponha o recurso cabível contra a decisão concessiva, a tutela antecipada antecedente perderá imediatamente a sua eficácia, independentemente de nova decisão judicial.
- (B) O direito do Município de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada extingue-se após o decurso do prazo decadencial de 5 (cinco) anos, contado da ciência da decisão.
- (C) A tutela antecipada concedida nos termos do procedimento antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso pelo Município.
- (D) O autor da ação, após a concessão da tutela antecipada antecedente, terá o prazo de 5 (cinco) dias para aditar a petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.
- (E) A estabilidade da tutela antecipada antecedente faz coisa julgada material, impedindo que o Município proponha, posteriormente, ação própria para rever, reformar ou invalidar a medida.

Questão 37

(Correta: E)

Considere as afirmativas a seguir, relacionadas ao Decreto-Lei n.º 201/67, como espécies de ilícito penal praticado pelo Prefeito. Analise-as e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

()Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras

pertinentes.

() Negar execução à lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à Procuradoria do Município.

() Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

Questão 38

(Correta: D)

A respeito dos crimes praticados pelo Prefeito Municipal descritos no Decreto-Lei n.º 201/67 e da persecução penal, assinale a alternativa correta:

- (A) Somente pode ser aberto inquérito policial ou instaurada ação penal pelo Ministério Público estadual se houver representação da maioria da Câmara de Vereadores, pois trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação.
- (B) Somente pode ser aberto inquérito policial ou instaurada ação penal pelo Ministério Público estadual se houver parecer da Procuradoria do Município declarando a prática de um ilícito, figurando esse parecer jurídico como condição de procedibilidade.
- (C) Os crimes descritos no Decreto-Lei são punidos através de ação penal pública como regra, admitindo a propositura da ação penal privada em razão do interesse público.
- (D) Se as providências para a abertura do inquérito policial ou instauração da ação penal não forem atendidas pela autoridade policial ou pelo Ministério Público estadual, poderão ser requeridas ao Procurador-Geral da República ou Procurador de Justiça.
- (E) Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura do inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, não podendo intervir como assistente da acusação ou terceiro interessado.

Questão 39

(Correta: B)

Os crimes praticados pelo Prefeito Municipal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 201/67, têm como forma expressa de sanção privativa de liberdade o seguinte regramento:

- (A) Em todas as situações previstas foi estabelecida uma única pena de detenção de três meses a três anos.
- (B) Em duas situações expressas, tem-se como pena a reclusão, de dois a doze anos, e as demais, a detenção, de três meses a três anos.
- (C) Em todas as situações previstas foi estabelecida uma pena única de reclusão de dois a doze anos.
- (D) Em todas as situações previstas foi estabelecida uma pena única de detenção de dois a doze anos.
- (E) Em duas situações expressas, tem-se como pena a reclusão, de dois a doze anos, e as demais, a multa.

Questão 40

(Correta: B)

Sobre a prestação de serviços a terceiros e a responsabilidade da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora nos termos da legislação pertinente, julgue as seguintes assertivas:

I.A prestação de serviços a terceiros pode alcançar inclusive a atividade principal da empresa tomadora, desde que a empresa prestadora possua capacidade econômica compatível com a execução do contrato firmado entre as partes.

II.A empresa tomadora dos serviços responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas inadimplidas, restrita tal responsabilidade ao período em que efetivamente ocorreu a prestação dos serviços contratados.

III.É permitida a utilização dos trabalhadores da empresa prestadora em atividades distintas das previstas no contrato firmado entre as empresas, desde que haja concordância expressa do trabalhador terceirizado.

IV.A responsabilidade da empresa tomadora pelas obrigações trabalhistas inadimplidas pela empresa prestadora possui natureza solidária, alcançando a integralidade do crédito trabalhista independentemente de qualquer ordem de preferência entre os devedores.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 41

(Correta: D)

Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica e a responsabilidade do sócio retirante no processo do trabalho, nos termos da legislação pertinente e da Reforma Trabalhista, julgue as seguintes assertivas:

I.O sócio retirante não responde, em nenhuma hipótese, pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativas ao

período em que nela figurou como sócio, ainda que a ação seja ajuizada no prazo de até dois anos após a averbação da modificação do contrato social.

II. Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.

III. A instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica suspenderá o processo, sem prejuízo da concessão de tutela de urgência de natureza cautelar.

IV. Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição, cabe agravo de instrumento de imediato, independentemente de garantia do juízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 42

(Correta: A)

Sobre a disciplina da CLT da audiência, da revelia e da distribuição do ônus da prova na ação trabalhista, julgue as seguintes assertivas:

I. O ônus da prova incumbe ao reclamante quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao reclamado quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante, podendo o juízo atribuir o ônus de modo diverso diante de peculiaridades da causa, mediante decisão fundamentada e permitindo à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

II. O não comparecimento do reclamado à audiência importa apenas revelia, sem que daí decorra confissão quanto à matéria de fato.

III. Ainda que ausente o reclamado, estando presente seu advogado na audiência serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

IV. Na hipótese de ausência do reclamante à audiência, este será condenado ao pagamento das custas processuais apenas se não for beneficiário da justiça gratuita, não sendo o pagamento de tais custas condição para a propositura de nova demanda.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e IV, apenas.

Questão 43

(Correta: A)

De acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Curitiba, analise as afirmativas relacionadas à organização municipal, às atribuições dos Poderes e aos bens municipais apresentadas a seguir:

I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município é exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei.

II. Compete privativamente ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, bem como sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.

III. A alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal exige avaliação prévia, sendo, contudo, dispensada de autorização legislativa quando realizada diretamente pelo Poder Executivo.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

Questão 44

(Correta: E)

A respeito do funcionamento da Câmara Municipal, de suas atribuições e do controle de legalidade dos atos municipais, é correto afirmar que:

- (A) Os pareceres emitidos pela assessoria jurídica da Câmara Municipal possuem caráter jurisdicional e fazem coisa julgada material no âmbito da administração pública.
- (B) O controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo é de competência exclusiva do Poder Judiciário, mediante provocação do Ministério Público ou de cidadão.
- (C) O Prefeito Municipal deve solicitar autorização prévia ao Tribunal de Contas do Estado para sancionar leis que criem novos cargos públicos na estrutura administrativa.
- (D) A Câmara Municipal possui competência para revogar os atos administrativos do Prefeito que sejam considerados inoportunos ou inconvenientes ao interesse público local.
- (E) Cabe à Câmara Municipal, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, exercer o controle externo da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município.

Questão 45

(Correta: E)

Considere as afirmativas relacionadas aos impostos municipais e ao regime dos servidores municipais apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é de competência do Município e poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

() A investidura em cargo público municipal de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

() O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) incide, como regra geral, sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – F.

Questão 46

(Correta: C)

Sobre a disciplina do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, segundo as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), julgue as seguintes assertivas:

I. É dispensada a exigência do consentimento do titular para o tratamento de dados pessoais pela administração pública quando houver a necessidade de tratamento e uso compartilhado de dados para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.

II. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) detém a prerrogativa de aplicar a sanção administrativa de multa simples ou diária a órgãos e entidades do Poder Público em caso de infração às normas de proteção de dados.

III. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados na referida lei.

IV. O Poder Público está autorizado a transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso em qualquer situação, desde que a entidade privada comprove ter adotado um programa de governança em privacidade.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Questão 47

(Correta: B)

Acerca das regras de governança corporativa previstas para as empresas estatais à luz da Lei n.º 13.303/2016 e do Decreto Estadual n.º 1.007/2016, julgue as seguintes assertivas:

I. A legislação exige que as empresas públicas e as sociedades de economia mista elaborem e divulguem Código de Conduta e Integridade, o qual deverá dispor, entre outros aspectos, sobre o canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas.

II. O Conselho de Administração das empresas públicas deverá ser composto exclusivamente por membros indicados pelo ente controlador, dispensando-se a presença de membros independentes devido ao inegável caráter de direito público e estatal da entidade.

III. É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria das estatais, de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

IV. A avaliação de desempenho dos administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) é providência facultativa que será implementada apenas se houver viabilidade orçamentária e expressa previsão no estatuto social da empresa.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II e IV, apenas.

Questão 48

(Correta: C)

No que tange às regras de licitações e contratos previstas no Estatuto Jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista (Lei n.º 13.303/2016), julgue as seguintes assertivas:

I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são dispensadas da observância das regras de licitação para a comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos

objetos sociais.

II.A contratação direta por inexigibilidade de licitação será realizada obrigatoriamente quando houver inviabilidade de competição, ressalvadas as hipóteses de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais de notória especialização, que exigem prévia licitação obrigatória.

III.As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento.

IV.É admitida a participação direta ou indireta em licitações, bem como a contratação por empresa estatal, de empresa cujo administrador ou sócio com poder de direção seja parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de dirigente da respectiva empresa estatal, desde que comprovada a vantajosidade econômica.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 49

(Correta: C)

Na Câmara Municipal, a procuradoria jurídica, controle interno, secretaria legislativa e setor administrativo divergem sobre prazos e responsabilidades. A chefia busca melhorar o relacionamento funcional, preservando autonomia técnica e rastreabilidade. Considerando relações humanas no trabalho, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.A gestão de conflitos deve distinguir divergência técnica de conflito pessoal, com escuta e critérios institucionais.

II.A comunicação assertiva recomenda reduzir registros formais em temas sensíveis para preservar vínculos.

III.A confiança entre setores autoriza dispensar validações previstas em fluxo formal quando houver entrega tempestiva.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

Questão 50

(Correta: E)

Em procedimento de contratação na Câmara Municipal, um servidor da área técnica é convidado por uma empresa interessada para um evento custeado. Seu familiar presta consultoria à empresa, e o servidor teve acesso à minuta interna ainda pendente de divulgação oficial. Considerando a ética profissional no serviço público, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.A publicidade prévia do convite regulariza a participação no evento e preserva a atuação do servidor no processo.

II.É importante que o servidor comunique a situação e afaste-se dos atos que possam comprometer sua imparcialidade.

III.O dever de reserva sobre minuta interna depende de classificação formal de sigilo pela autoridade competente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 03 de agosto de 2026**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 04 de agosto de 2026 e 23h59min59seg do dia 05 de agosto de 2026**.

02 de agosto de 2026